

# Economistas dizem que economia - Brasil 'pacotes' são ineficazes

ESTADO DE S. PAULO

Do serviço local e  
da sucursal

Os economistas Celso Luís Martone, da Universidade de São Paulo, e Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participaram ontem, em São Paulo, de um debate sobre taxas de juros e chegaram à conclusão de que o governo não está fazendo nada para reduzi-las. Os recentes "pacotes" de medidas econômicas adotados pelo governo foram considerados tímidos, pouco coerentes e pouco eficientes, pela falta de credibilidade.

"Estou sentindo no ar a disposição do governo de usar a desindexação e os expurgos como panacéia para reprimir a inflação. Com isso abafa-se o problema, facilitam-se os entendimentos com o Fundo Monetário e com os credores, mas, como não se combatem as causas as taxas inflacionárias poderão explodir em 84", disse Martone.

Contador comentou que os expurgos "precisam ser inteligentes", atingindo tanto os fatores negativos quanto os positivos. "Não se pode, de antemão — disse — anunciar, como foi feito, que nos próximos meses continuará havendo expurgos, porque desta maneira cria-se um clima de intransqüilidade que poderá prejudicar seriamente as cadernetas de poupança." A expectativa, entre os técnicos que participaram do debate promovido pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, é de que o sistema de cadernetas sofrerá pesados saques a partir de hoje.

Martone relacionou como principais componentes das altas taxas de juros os seguintes fatores: o custo da rolagem da dívida externa — hoje em torno de 16% a 17% além da variação cambial; o risco cambial, agravado pela existência de aproximadamente dez bilhões de cruzeiros em ORTN de cláusula cambial e pela inexistência de reservas externas; e o déficit público, agravado em grande parte pelo custo da dívida interna.

Uma das medidas propostas por Martone é a "desdolarização" da economia, ou seja, a eliminação dos títulos públicos de correção cambial e das dívidas em dólares das empre-

sas. Com isso, seriam eliminados os canais de comunicação entre o cruzeiro e o dólar, evitando as pressões que o giro da dívida externa e o risco cambial exercem sobre os juros. Martone e Contador admitiram, porém, que para fazer essas mudanças talvez fosse necessário que o governo tivesse uma política econômica mais corajosa e de maior credibilidade.

## CRISE DE LIQUIDEZ

A crise de liquidez das caderetas e distribuidoras independentes pode piorar, hoje, com o aumento dos saques de aplicações no Open, a partir da tributação e identificação dos investidores de curto prazo e do fato de ser o dia útil para os depósitos em cadernetas de poupança com direito a remuneração integral no trimestre, previu ontem técnico da área financeira.

Segundo disse, o Banco Central continua a ampliar a assistência de liquidez às financeiras, bancos comerciais e bancos de investimento com base nas respectivas posições de papéis "selicados" — Títulos da Dívida Pública Federal e Estaduais — mas não assiste as corretoras e distribuidoras, por não ser obrigação da autoridade monetária cobrir riscos assumidos por simples intermediários do mercado de capitais.

O técnico do Ministério da Fazenda afirmou que, ao contrário de quem detém posições em dólar e ouro, muitos aplicadores no Open — principalmente, profissionais liberais — tirarão proveito do Decreto-Lei nº 2.040 para legalizar o seu patrimônio. Lembrou que a compra de ouro e dólar também perdeu atratividade pela sua sobrevalorização atual.

Outra fonte do setor financeiro observou que a falta de credibilidade do governo também constitui obstáculo à eficácia da anistia fiscal do Decreto-Lei nº 2.024. Em sua opinião, da mesma forma que o governo surpreendeu com a anistia, pode baixar um outro e permitir que a Receita Federal averigue o patrimônio legalizado.

Quem nada tem a esconder não deve, na opinião da fonte da Fazenda, aceitar passivamente os juros fixos e a correção monetária expur-gada das cadernetas de poupança.